

**REDE ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS – RN**  
**CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR**  
**RELATÓRIO DO ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS**  
**HUMANOS – CONSULTA ESTADUAL RN**

## **APRESENTAÇÃO**

O presente documento é resultado do I Encontro Estadual de Educação em Direitos Humanos realizado em Natal – Rio Grande do Norte, no dia 01 de julho de 2005, das 8:00 às 17:00 horas, nas dependências do Instituto de Teologia Pastoral de Natal (ITEPAN).

Teve como objetivo divulgar, revisar e coletar sugestões para o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. O encontro contou com a participação de 152 pessoas que, seguindo a orientação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, subdividiram-se em 05 (cinco) grupos assim constituídos: Educação Básica, Ensino Superior, Educação Não Formal, Educação dos Profissionais do Sistema de Justiça e Segurança e Educação e Mídia.

**Apresentamos, portanto, o item I – RESULTADOS DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS; II – DESDOBRAMENTOS e III – LISTA DE PARTICIPANTES.**

A sistematização abaixo se mantém fiel ao que foi produzido pelos grupos.

## **I - RESULTADOS DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS**

### **GRUPO: EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **Nome das Instituições Representadas:**

- CODEM
- SEJUC
- COEDHUCI
- E.E. Padre Miguelinho
- Conselho Comunitário do Potengi
- Secretaria de Transportes e Trânsito Urbano - STTU
- Universidade do Vale do Acaraú - UVA
- Secretaria Municipal de Educação - SME
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Caicó/RN - SEMECE
- 10ª Diretoria Regional de Educação - 10ª DIRED
- Sindicatos dos Trabalhadores de Educação Pública do Rio Grande do Norte - SINTE/RN
- Central Única dos Trabalhadores - CUT
- Colégio Marista de Natal
- USF Nova natal II
- Secretaria de Educação Cultura e Desportos - SECED
- Centro Avançado de Ensino – CADE
- Centro Educacional Potiguar - CEP
- Escola Estadual Paulo Freire
- Mandato da Deputada Federal Fátima Bezerra
- Escola Municipal Djalma Maranhão
- Sindicato Municipal dos Professores e Funcionários de Pendências/RN
- Centro de Direitos Humanos e Memória Popular – CDHMP

### **1 – Considerando os objetivos, as diretrizes, os conteúdos, as ações e a organização do documento que aspectos o PHNED o grupo considerou:**

#### **1.1 - Mais Relevante:**

O texto como um todo é muito importante para garantia de uma política de Direitos Humanos. Mas destacamos:

- Construção de uma proposta integrada a partir de varias instituições governamentais com objetivos comuns.
- Valorização da educação enquanto instrumento de promoção social.
- Educação voltada para vigência de um estado democrático priorizando políticas publicas em busca da cidadania.
- Olhar global sobre a educação em todos seus segmentos formal e não-formal.

## **1.2. - O Que Poderia Ser Eliminado**

(Nada)

### **1.2.3. – O Que Acrescentaria**

Acrescentamos nas seguintes Ações:

Ações Acréscimos

- 02) Ação: Lutar decisivamente pela regulamentação da gestão democrática na CF/88, LDB/96 e nas leis estaduais e municipais. Garantindo a participação democrática na eleição de diretores e conselhos escolares (público/privado).
- 03) Público: Estudantes do ensino Infantil, Fundamental e médio.
- 04) Público: Estudantes do ensino Infantil, Fundamental e médio.
- 06) Ação: Universalizar a educação infantil para crianças de 4 e 6 anos e ampliar esse atendimento para crianças de 0 a 3 anos contempladas pelo FUNDEB.
- 10) Ação: Promover e produzir materiais pedagógicos adequados (ou cada estado) orientados para educação em direitos humanos, assim como sua difusão e implementação.
- 11) Ação: Estimular a criação das comissões internas de prevenção de acidentes e violência nas escolas municipais (já existe a lei municipal) e lutar pela aprovação da lei em âmbito estadual e em outros municípios do estado do RN.  
Público: Acrescentar equipe de saúde.  
Responsável: Acrescentar SEE e SMS.
- 12) Ação: Apoiar, incentivar e financiar a produção e manifestação cultural dos jovens;
- 13) Público: Acrescentar Família.  
Responsável: Acrescentar ONGS, SEE, SMS.
- 14) Ação: Apoiar e incentivar as políticas públicas dirigidas às escolas de educação no campo.  
Público: Acrescentar Ciganos.

- 15) Ação: Criar, implantar e garantir condições de trabalho e formação adequadas ao profissional da educação infantil.  
Responsável: Acrescentar SEE, SEPPIR
- 16) Ação: Assegurar a formação inicial de qualidade aos professores leigos de educação.
- 19) Ação: Instruir política de valorização dos trabalhadores em educação com a proposição de um piso salarial digno nacional e parâmetros curriculares de regulação da carreira docente.  
Público: Professor e demais trabalhadores da educação básica.
- 25) Ação: Promover a formação continuada dos... (continua com texto original)
- 29) Ação: Garantir a legitimidade à atuação livre e democrática das entidades e lideranças estudantis (UMES, APES, UBES) nas escolas.
- 32) Ação: Garantir a expansão do ensino médio em escolas públicas com qualidade.
- 33) Ação: Criação e Implementação de serviços de psicologia escolar/educacional que tenha como objetivo trabalho de consultoria em instituições de educação.  
Publico: Equipe escolar, estudantes e família  
Responsáveis: SEE, SME.

## **2 – Em Relação à Área Temática Analisada o Grupo Considerou:**

### **2.1. – Mais relevante**

A possibilidade da discussão, reflexão e inserção dos direitos humanos na educação básica, auxiliando a compreensão da educação em um sentido mais humano e de direito, considerando a participação cidadã nos vários segmentos sociais, visualizando a intervenção crítica de todos os atores sociais.

Oportunizar a troca de experiências entre as varias instituições.

### **2.1.2 – O Que Poderia Ser Eliminado**

(Nada)

### **2.1.3 – O Que Acrescentaria**

(Nada)

**3. Que sugestões o grupo apresenta para estabelecer uma organização de articulação entre as entidades/instituições que trabalham com a temática, no estado, com vistas ao acompanhamento e a implementação das ações de Educação em Direitos Humanos?**

Incluir no relatório final os documentos da 6º semana nacional em defesa e promoção da educação pública (25 a 29 de abril de 2005).

A verdadeira dívida é com a educação

Movimento pela conversão da dívida externa em recursos para educação. (CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - [www. cnte.org.br](http://www.cnte.org.br));

**GRUPO: ENSINO SUPERIOR**

**Nome das Instituições Representadas:**

- Ouvidoria de Defesa Social;
- Promotoria da Infância e da Juventude;
- Centro de Direitos Humanos e Memória Popular – CDHMP;
- Universidade Potiguar - UNP (Curso de Comunicação e Enfermagem);
- Colégio Marista;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Base de Pesquisa em Direitos Humanos);
- Facex
- Casa de Apoio ao Dependente Químico (Fazenda Esperança)
- Arquidiocese do Menor
- Comitê de Vítimas de Violência
- Observatório da Justiça e Cidadania do Rio Grande do Norte
- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UFRN (Curso de Direito - Campus de Natal)
- Fórum DCA
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (Departamento de Artes)
- Conselho Estadual de Direitos Humanos
- Universidade do Vale do Acaraú - UVA
- Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy
- Escola Estadual Virgílio Furtado (Cidade de Lages Pintadas \_RN)
- Jucubadora de cooperativas e Iniciativas Populares do Rio Grande do Norte-JUCOP

- Pastoral do Menor

## **1 – Considerando os objetivos, as diretrizes, os conteúdos, as ações e a organização do documento que aspectos o PHNED o grupo considerou:**

### **1.1 - Mais Relevante:**

A proposta de travar discussões e sistematizar os processos na área de direitos humanos, por si só tem representação relevante. O próprio documento constitui-se aspecto contributivo para a formação de uma sociedade mais justa. Embora os eixos estejam separados, percebe-se a existência de uma interligação entre eles.

Só se consegue cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e cumpridor das normas, a partir da construção de um caráter voltado para a conduta ética.

Um dos pontos fortes e considerado fundamental está na página 10 do documento, quando estabelece que *“A educação é tanto um Direito Humano em si mesmo, como um meio indispensável para realizar outros direitos, constituindo-se em um processo amplo que ocorre na sociedade.”* Resume-se aí toda filosofia da proposta de discussão.

### **1.2. - O Que Poderia Ser Eliminado.**

No lugar de falar-se de “Ações”, falar-se metas. A partir das metas propostas (planejamento) serão propostas as ações (execução do planejamento).

### **1.2.3. – O Que Acrescentaria**

Acrescentar no parágrafo 3º página 11, após a palavra nacional: *“No âmbito nacional, a constituição da república federativa do Brasil, de 1988, estabelece em seu artigo (?), a finalidade da educação, sendo esta regamentada na lei de diretrizes e bases da educação que estabelece...”* (continua o que está no documento).

## **2 – Em Relação à Área Temática Analisada o Grupo Considerou:**

### **2.1. – Mais relevante**

O envolvimento do comitê, não só no campo de planejamento, como também o executor de algumas das ações propostas no plano. Na busca de analisar o papel da universidade no contexto atual da sociedade humana, convém solicitar a proposta do plano (p. 23) no que diz respeito à formação de profissionais e acadêmicos sensibilizados para uma atuação cidadã, eticamente comprometida com o fortalecimento dos direitos e das liberdades fundamentais. Ao mesmo tempo, é preciso repensar a universidade, enquanto espaço articulador do livre pensar. Os temas voltados para direitos humanos deveriam ser contemplados nos projetos pedagógicos dos cursos.

### **2.1.2 – O Que Poderia Ser Eliminado**

Eliminar o termo “Ação” e utilizar o termo “Metas”.

### **2.1.3 – O Que Acrescentaria**

Pág 27, Item 17: “Ampliar as áreas de formação e publico e não limitar apenas as áreas de educação e saúde”.

Pág 26, Item 8: “Ampliar o publico Não só para as IES e sim também para alunos professores universitários”.

Colocar um item nas linhas de metas, com o seguinte conteúdo: “Inserir nas diretrizes curriculares educacionais estabelecidas pelo MEC, na área de ensino superior a obrigatoriedade da disciplina de Direitos Humanos no currículo pleno nos cursos de graduação de todas as áreas de conhecimento”.

Inserir no item 05, após a palavra pedagógicas: “Com caráter multidisciplinar e multidisciplinar para...”

Inserir no item 07, não só IES, profissionais expressos... Mas também associações de ex-alunos, bem como também nas metas (acrescentar).

### **3. Que sugestões o grupo apresenta para estabelecer uma organização de articulação entre as entidades/instituições que trabalham com a temática, no estado, com vistas ao acompanhamento e a implementação das ações de Educação em Direitos Humanos?**

Chamar para discussão, todas as IES do estado do Rio Grande do Norte, em seminários específicos sobre educação em Direitos Humanos no ensino superior, com a participação de representantes do MEC, fórum de reitores, comitês, enfim órgãos que tenham poder de decisão que se comprometam com a execução das ações propostas.

Criação de redes de direitos humanos, ética e cidadania das instituições do ensino superior (caráter extensor).

## **GRUPO: EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL**

Depois de uma leitura coletiva do capítulo referente a esta temática foi feita uma boa discussão sobre os conteúdos do Plano. As formulações surgiram baseadas em três momentos:

### **QUESTÕES GERAIS DO PLANO**

- 1- Promover uma redação no Plano que contemple a linguagem inclusiva (Gênero, Deficientes, termos adequados);
- 2- Promover a inclusão da Educação Ambiental na ótica dos Direitos Humanos;

- 3- Incluir o conhecimento da legislação de proteção aos Direitos Humanos no Plano;
- 4- Trabalhar a mídia não como uma ação voluntária dos atores mas como responsabilidade das diretrizes do Plano;

#### QUESTÕES ESPECÍFICAS DO TEMA

- 5- Inclusão dos Conselhos de Direitos como atores protagonistas na Educação Não-Formal;
- 6- Cobrar mais responsabilidades dos atores governamentais na execução do Plano, em especial do MEC; SEDH; e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação;
- 7- Incluir no Plano a Educação Popular no conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a Educação Não-Formal;
- 8- Que a Educação em Direitos Humanos chegue concretamente as Escolas e Universidades;
- 9- Que os atores responsáveis não apenas apoiem ações mas também promovam as atividades;
- 10- Incluir atores como CDHC; OAB e DEPEN na promoção e divulgação de pesquisas.

#### ESTRATÉGIAS DE CONTINUIDADE

- 11- Criação de instrumentos de monitoramento, acompanhamento e avaliação do Plano, operado por todos os segmentos envolvidos;
- 12- Articulação de ações entre os responsáveis com fiscalização, promovendo atividades práticas e garantindo recursos para elas;
- 13- Declarar apoio à manutenção das Secretarias Especiais de políticas afirmativas pois elas são parceiras importantes na implantação do Plano.

#### GRUPO: EDUCAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMAS DE JUSTIÇA E SEGURANÇA

Nº Ord.	Existente	Proposta
01		- Sistema prisional: Fornecer matéria-prima para os apenados produzirem objetos utilizados pelo próprio Estado, principalmente na



		<p>área de educação. Ex. confecção de carteiras escolares. (AILTON).</p> <p>- Estabelecer e incentivar políticas públicas na área de prevenção terciária (presídio), no sentido de promover a ressocialização dos apenados. (AILTON)</p>
02		<p>- Estabelecer parâmetros mínimos para a formação dos profissionais da segurança. Ex.: nº de alunos por sala, instrutores capacitados. (SAIRO)</p> <p>Estabelecer um período mínimo para a formação dos policiais, sendo predefinido um período teórico e prático. (BATISTA).</p> <p>- Estabelecer um período mínimo para recapacitação dos policiais para que estejam sempre atualizados. (BATISTA)</p>
03		<p>- Fiscalizar a aplicação das verbas públicas que são repassadas pelos governos, para evitar desvios. (MARLON)</p>
04	Promover a sensibilização e garantir o compromisso e a responsabilidade das autoridades, gestores e responsáveis pela	Promover uma permanente sensibilização e garantir o compromisso e a responsabilidade dos

	<p>formação de profissionais e servidores das áreas de justiça e segurança com a educação em direitos humanos.</p> <p>Público: Secretários de segurança, comandantes gerais da PMs, delegados gerais, comandantes/coordenadores de guardas municipais, comandantes de Academias de Polícias, ouvidores defensores gerais e gestores de escolas do Ministério Público, e associações profissionais. Responsáveis/Parceiros: SEDH, SENASP, CNEDH, Associação dos Juizes Federais e outras associações de profissionais e servidores das áreas de justiça e segurança pública.</p>	<p>policiais, das autoridades, gestores e responsáveis pela formação de profissionais e servidores das áreas de justiça e segurança com a educação em direitos humanos. (MARCOS)</p>
05		<p>Promover um maior envolvimento institucional com a problemática de direitos humanos e a comunicação permanente entre os órgãos do sistema de segurança pública e a sociedade civil organizada. (EDUARDO CAVALCANTI).</p>
06	<p>Incentivar, fortalecer, apoiar programas e projetos interinstitucionais de educação em direitos humanos nas instâncias federal, regional e estadual.</p> <p>Público: Universidades, Academias de Polícia, entidades e escolas de formação de profissionais das áreas de justiça. Segurança pública e questão penitenciária. Responsáveis/Parceiros: SEDH, MEC, SENASP, Governos Estaduais, entidades e órgãos de direitos humanos, Universidades e centros de formação das áreas de justiça e segurança pública.</p>	<p>Incentivar, fortalecer, apoiar e manter programas e projetos interinstitucionais de educação em direitos humanos nas instâncias federal, regional e estadual. (BORGES)</p>
07	<p>Instituir programa básico e conteúdos curriculares obrigatórios, disciplinas e atividades complementares em direitos humanos nos programas de formação nas</p>	<p>Na terceira linha de ação, as grades curriculares devem realmente atender a realidade local sobre segurança e DH. Deve haver a intensificação do</p>

	<p>áreas de justiça e segurança pública, que contemplem, entre outros itens, o conhecimento básico da Língua Brasileira de Sinais.</p> <p>Público: Instituição de ensino voltadas à formação de profissionais das áreas de justiça e segurança pública.</p> <p>Responsáveis/Parceiros: SEDH, SENASP, CNEDH e centro de ensino das áreas de justiça e segurança pública.</p>	<p>processo de capacitação em DH. (VALDEMAR)</p>
08	<p>Promover, fortalecer e apoiar a atualização e o aperfeiçoamento de cursos de direitos humanos dirigidos aos profissionais das categorias que atuam nas áreas de justiça e segurança pública.</p>	<p>Promover, fortalecer, apoiar e manter a atualização e o aperfeiçoamento de cursos de direitos humanos dirigidos aos profissionais das categorias que atuam nas áreas de justiça e segurança pública.</p>
09		<p>Empregar o policial, na prática, efetivamente na função para qual foi formado e capacitado. (PLÁCIDO)</p>
10		<p>Promover a garantia dos direitos humanos para o operador da segurança pública, entenda-se integrantes do sistema de segurança pública. (EVANTUIL)</p>
11		<p>Atualizar os Estatutos e regulamentos disciplinares das instituições envolvidas na segurança pública com a participação da OAB, MP e a sociedade civil organizada. (EDUARDO CAVALCANTI)</p>
12	<p>Proporcionar condições adequadas de funcionamento para as ouvidorias das áreas de justiça e segurança pública da União e dos Estados, transformando-as em atores pró-ativos na prevenção das violações de direitos e na função educativa em direitos humanos</p>	<p>- Proporcionar condições adequadas de funcionamento para as corregedorias e ouvidorias das áreas de justiça e segurança pública da União e dos Estados, transformando-</p>

		<p>as em atores pró-ativos na prevenção das violações de direitos e na função educativa em direitos humanos. (ANDRÉ).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As corregedorias possam a ser efetivamente pro-ativas, passando a realmente exercerem o trabalho de correição, visitando as unidades da organização. (VALDENOR)</li> <li>- Tornar as corregedorias e ouvidorias independentes funcionalmente, para evitar subordinação e influências. (BORGES)</li> <li>- Criar ouvidorias e corregedorias nos municípios, tanto das polícias quanto dos demais órgãos envolvidos com o sistema de segurança. (MARCOS)</li> <li>- Substituir “proporcionar condição adequadas de funcionamento” pela expressão “dar autonomia” (FREI FERNANDES)</li> </ul>
13	Apoiar atualizações temáticas aos educadores em direitos humanos voltados para as áreas de justiça e segurança pública	Na sétima linha de ação verifica-se que esta complementa a linha de ação de número quatro. (SAIRO).

14		Condicionar a liberação de recursos financeiros federais para as secretarias estaduais de segurança pública a implementação de ações sistemáticas efetivas e concretas para a educação em DH globais e temáticas. (ROSSANA)
15		Redução dos graus hierárquicos das organizações policiais, a fim de diminuir as diferenças salariais internas. (VALDENOR)
16	<p>Garantir condições básicas de infra e superestrutura para educação em direitos humanos para as áreas de justiça e segurança pública, compreendendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- criação ou melhoria das instalações e equipamentos das Academias de Polícia e centros de formação de agentes penitenciários nos Estados, escolas de Ministérios Públicos e de Magistratura;</li> <li>- apoio a bibliotecas das Academias de Polícia, sistema penitenciário, Ministério Público, Defensorias Públicas e Conselhos de Direitos.</li> <li>-</li> </ul>	<p>Na oitava linha de ação, sugerir e incentivar políticas de incentivo (mecanismo) de motivação dos professores e mentores de DH (monitores). (VANTUIR)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigar a garantia de condições de infra e superestrutura para educação em pessoal e material, da área formativa para as áreas de justiça e segurança pública, compreendendo: criação ou melhoria das instalações e equipamentos das Academias de Polícia e centros de formação de agentes penitenciários nos Estados, escolas de Ministérios Públicos e de Magistratura;</li> </ul>
17	<p>Propor, estimular e acompanhar a criação de unidades de direitos humanos nas corporações policiais, estruturadas com recursos humanos e financeiros que possibilitem atualizações permanentes sobre a matéria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na décima sétima linha de ação, no campo “responsáveis/parceiros”, acrescentar entidades da sociedade civil organizada, membros do MP e Conselhos Regionais, para dar mais transparência. (FREI FERNANDES)</li> </ul>

		- Propor, estimular e acompanhar a criação de unidades de direitos humanos nas corporações policiais, estruturadas com recursos humanos e financeiros que possibilitem atualizações permanentes dos operadores do direito e da sociedade civil sobre a matéria. (VANTUIL)
18		Realização de plebiscito (s) com o objetivo de avaliar a situação da aplicação dos direitos humanos no dia-a-dia dos cidadãos brasileiros. (MARCOS)
19		Promover programas assistenciais junto a família do policial recluso e construção de unidade prisional específica para policiais. (NUNES)
20		Inibir a ação política na atuação dos operadores da área de segurança pública. (RODRIGUES)
21		Implantar na grade curricular das unidades de formação de policiais a disciplina de educação em direitos humanos. (ALEXANDRE)

**GRUPO: EDUCAÇÃO E MÍDIA**

O grupo de educação e mídia realizou a leitura dos textos e ações do plano nacional de Direitos Humanos e debateu-o cada ponto. Culminando seu trabalho com o aprimoramento e a apresentação de novas propostas. Portanto essa é a síntese de tudo que foi produzido por seus componentes.

1. O engajamento de dirigentes publicitários pela massificação dos Direitos Humanos (humanização) e da responsabilidade social de suas empresas. Assim como a sedução profissionais do setor a essas linhas de ação.
2. Assessoria de instituições afins (ONG, OSCIP, sindicatos) a esses grupos dirigentes, assumindo o espaço público em instituições públicas.
3. Criar conselhos com o objetivo de representar, fiscalizar e reivindicar interesses cidadãos. Esses conselhos serão institucionalmente independentes e constituintes no processo de construção e perpetuação dos Direitos do Homem. Serão representados pela pluralidade da sociedade civil organizada (religiosos, estudantes, donas de casa, associações, empresários). Tendo com o agentes sociais (conselheiros) os próprios componentes indicado por cada instituição.
4. Descaracterizar o estereótipo de Direitos Humanos vinculados na mídia, informando que os direitos são civis, políticos, econômicos, culturais, ecológicos. E que qualquer ação para o bem coletivo trata-se da seguridade humana.
5. Portanto, reivindicasse um espaço para o povo e suas manifestações (culturais, políticas, ecológicas e etc)
6. Desburocratização e discriminalização para a abertura de rádios comunitárias (fiscalizada pelo conselho) e outros meios de veiculação de massa.
7. Valorização da micro mídia em todas as suas manifestações.

- Correções semânticas do plano nacional em Direitos Humanos:

1. Página 10, primeiro parágrafo e oitava linha sugerimos a mudança da palavra opção por orientação e identidade sexual.

2. Página 14 na primeira ação sugerimos mudar a palavra deficiência por necessidades especiais.
3. Página 44 no primeiro parágrafo e na quarta linha sugerimos a inclusão da palavra outdoors em veículos impressos, e sua exclusão em audiovisuais.
4. Página 47 na ação quarta sugerimos a inclusão de ações comunitárias com o enaltecimento de símbolos e mobilizações nacionais.

## **II – DESDOBRAMENTOS**

Entre os participantes, houve representantes de seis universidades norte-riograndenses: a Universidade Federal (UFRN); a coordenação do curso de Direito da Universidade Estadual (UERN); a coordenadora e todo o pessoal da área de comunicação da Universidade Potiguar (UnP), a maior entre as particulares; além de representantes das outras universidades privadas FAL, FACEX e FARN.

O nível das discussões foi muito elevado em todos os grupos. Foram formados dois núcleos temáticos. O primeiro, dedicado ao Ensino Superior, elaborou a proposta de promover um seminário que aprofunde a discussão sobre a Educação em Direitos Humanos naquele âmbito e as possibilidades de intercâmbio de professores e alunos com universidades italianas que derivam das articulações realizadas recentemente naquele país por um representante da Rede Estadual de Direitos Humanos - RN (REDH-RN), Antonino Condorelli, editor-chefe deste boletim digital.

O segundo núcleo temático, sobre o Educação e Mídia, articulou a criação de um coletivo para encaminhar as propostas elaboradas durante o encontro. Entre elas, a de representantes da UnP de assessorar na realização de jornais murais (uma experiência já desenvolvida pelo departamento de comunicação daquela universidade) a sociedade civil do pequeno município de Carnaubais, no Sertão potiguar, que levou ao encontro de Natal uma delegação de 15 pessoas procedentes da inteira região do Vale do Açu.



Entre os grupos que trabalharam as diversas temáticas do encontro, o mais numeroso foi o de Justiça e Segurança Pública, que contou com uma maciça participação das polícias civil e militar (desta última esteve presente o Nono Batalhão inteiro), a Ouvidoria e a Corregedoria da Secretaria da Defesa Social e a Guarda Municipal.

Entre os principais resultados do encontro, foi criado um coletivo de 28 entidades para elaborar um Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, que definirá os eixos norteadores e as linhas-guia das políticas governamentais e das ações da sociedade civil na área da educação aos direitos e à cidadania.

O encontro foi também, entre outras coisas, uma importante ocasião para ampliar as articulações da Rede Estadual de Direitos Humanos dentro da Grande Natal (a região metropolitana da capital potiguar), graças à presença da Secretária Municipal de Educação, Justina Iva, que abriu o evento e se comprometeu a promover uma ativa participação da sua Secretaria na construção do Plano Estadual.

### III - LISTA DE PARTICIPANTES

#### GRUPO EDUCAÇÃO BÁSICA

Nome	Entidade	E-Mail	Telefone
Diomedes José Azevedo de Araújo	CODEM	djaaraujo@zipmail.com.br	3213-8761/9989-9014
Evele Azevedo de Araújo		Eveli_az_a@yahoo.com.br	9983-1694
Maria do Socorro de Paiva Pinto	Igreja Batista		3218-4163
Francisco Paiva Pinto	Igreja Batista		3218-4163

Artur Luiz da Silva França	Pendências/Professor	anjoarthur@ig.com.br	3522-2696/9999-2887
Ivanete Oliveira dos Santos		ivanetesantos@ig.com.br	9999-6840
Geralda Efigênia Macedo da Silva	Escola Estadual Padre Miguelinho	ghefigenia@yahoo.com.br	8812-0307/3608-0822
Antônio Alcir do Nascimento	Professor	professoralci@bol.com.br	3662-8003
Cristiany Helena lucena B. Nascimento	Assistente social		9928-7776
Lucilene Aparecida de Oliveira	Auxiliar Administrativo	lucinene@ibest.com.br	3214-7972
Justina Iva de Araújo Silva	Secretária de Educação de Natal	justinaiva@natal.rn.gov.br	3232-4748
Moniza Barbalho Guerra		guerramoniza@yahoo.com.br	3232-4712/
Maria das Graças A. Aires Rêgo	Secretária de Educação Cultura e Desporto de Caicó - RN		3421-1760/ 9928-9963
Maria de Fátima Gomes Medeiros	Secretária de Educação Cultura e Desporto de Caicó-RN	m.f.gomes.medeiros@bol.com.br	9928-9967/3421-1760
Maria de Fátima P. do Nascimento	Secretária Municipal de Saúde Natal-RN		3202-3248
João Oliveira	CUT	joaogorki@click21.com.br	3211-6380/99976290
Gabriel Gomes Monte	CDHMP	gabriel@dhnet.org.br	3201-4359
Raimunda Maria Silva		raimarie@zipmail.com.br	3232-1430/1434

Maria Salete da Silva	UVA		9461-2424
José Antônio da Silva	UVA		9983-8558/32782606
Ana Maria Cabral da Silva	Vara Criminal de S. Gonçalo do Amarante		8826-3978/3278-2606
Rosana Cândida de A Melo	UVA		3614-7498/94051209
Vanusa Dias dos Santos Delgado	UVA		3664-3591
Jean Clauber de Araújo	UVA	jeanclaube@ig.com.br	3202-7864/9431-1964
Gleide Jane lima de Araújo	UVA		9953-7584
Simone Brazão de Oliveira	UVA		
Solange Almeida da Cruz	UVA		3614-0932/9968-6163
Maria T de Medeiros			36613583
Marlete Euná Brito de Melo	Tributo á Criança	marletebrito@aol.br	3218-1559/3232-4996
Daniele Dorotéia Rocha da Silva	UFRN	daniele_doroteia@yahoo.com.br	3208-9540
Maria Varela Barbosa	Clube do Idoso Antonia M <sup>a</sup> Augusta		8813-6963/3202-9580
Maria Ednalva de Melo e Silva	Secretária de saúde		
Carolina Monte lague	CDHMP	carolinamontelague@yahoo.com.br	3206-6286/8829-1559
Vera Lúcia Alves Messias	SINTE	vmessias@ig.com.br	9407-8063/32114432/34
Maria das Graças Pessoa	Professora		

GRUPO DE ENSINO SUPERIOR

<b>Nome</b>	<b>Entidade</b>	<b>E-Mail</b>	<b>Telefone</b>
Heronilza Nascimento	CDHMP	heronilza@gmail.com	9925-5779
Adriana Lira da Luz		adlira@yahoo.com.br	9988-4600/3232-1205
Mirian Costa de A Néri	ANETS-UNP	costalbuq@hotmail.com	3206-5576/8811-0612
Virginia Maria Borges de Azevedo	UNP	vivisaazevedo@hotmail.com	9104-5176/3201-2406
Ana Cristina Petter Gitaé	Promotoria da Infância e Juventude	cristinagitai@marista_natal.com.br	9481-8866/36452474
Hilderline Câmara de Oliveira	Sociedade Civil	hilderline@ig.com.br	99245880/3214-0402
Maria Cristina Pavarini de Lima	UNP	crispavarini@superig.com.br	3231-5260/3215-1318
Kilza Maria da Silva Gomes	Pastoral do menor/ Arquidiocese	kilza@digizap.com.br	3082-8461/9921-3143
Daniel Alves Pessoa	Comitê de Vítimas da Violência	danielpessoa@natal.digi.com.br	3221-3814/9981-6170
Rose Mary de Carvalho T. Souza	UERN	giovanats@uol.com.br	9402-4323/3236-2857
Francisco das Chagas da Silva	UFRN	chaguino@bol.com.br	8808-9007
Elizabete Matias da Costa	Autônoma	Elizabete@yahoo.com.br	9407-5652/3202-3174
Edileuza de Medeiros M. Roque	COHEDUCI	edsexual@rngov.br	9981-2506/3232-6250
Robson Oliveira Basílio	Ceará-Mirim	robinhobasilio@yahoo.com.br	9108-7500/9414-3559

Maria José de Oliveira Spinelli	Escola Estadual Virgílio Furtado Lajes Pintada –RN	emejos@msn.com	9927-6773/3208-7003
Ivanilson Barros Júnior	UNP	ivanilsonbr@unp.br	8819-2963
Mireillede Arruda Sales Costa	Corregedoria Geral	mireilliasc@hotmail.com.br	9407-7775/3232-1594

#### GRUPO DE EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

<b>Nome</b>	<b>Entidade</b>	<b>E-Mail</b>	<b>Telefone</b>
Heronilza Nascimento	CDHMP	heronilza@gmail.com	9925-5779
Aluizio Matias dos Santos	CDHMP	aluiziomatias@dhnet.org.br	9964-7172
Maise de Carvalho G. Monte	CDHMP	maise@dhnet@.org.br	3201-4359
Haroldo Gomes da Silva	SEMPLA	hgomesrn@yahoo.com.br	3232-4900
Daniela Soares de Almeida	INCOOP/RN	daniela.soal@ig.com.br	3643-5689/9108-6360
Mery Medeiros	SPVA/RN ANDRAP/RN		3211-9903/9419-6067
Jeovanice Braga da Silva	P.S.F		3232-8441
Rômulo Sérgio da Costa Rocha	Pastoral do Menor	sergiopascom@yahoo.com.br	3615-2800
Francisco Canindé dos Santos	Coedhuci/ Pastoral da Menor	canindes@bol.com.br	3615-2800
Aluizio Matias dos Santos	CDHMP	aluiziomatias@dhnet.org.br	9964-7172
Maise de Carvalho G. Monte	CDHMP	maise@dhnet@.org.br	3201-4359
Ruth Félix do	UFRN	rf_gxo@yahoo.com.br	3641-2302

Nascimento			
Ana Célia Batista Bezerra	UVA		3228-7034/8819-4050
Nuara de Sousa Aguiar	ANEPS	nuara_Aguiar@yahoo.com.br	3642-3600/8807-3884
Oneide Campos Pojo	UFRN	oneidepojo@ibest.com.br	3208-9540/9106-1738
Ana Paula Cavalcanti	Sociedade Civil	dpaulacavalcanti@yahoo.com.br	3217-5550/8804-9003
Marcos Antônio Franca de Oliveira	O .F.S	franca.marcos@ig.com.br	3214-2176
Geyll Aparecida Silva Nascimento	FACEX	geyll@bol.com.br	8805-3157/3218-5191

GRUPO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA

<b>Nome</b>	<b>Entidade</b>	<b>E-Mail</b>	<b>Telefone</b>
Ana Laura Vasconcelos de Góes	FACEX	anauragois@gmail.com	3091-2111/9406-9887
Graco Alexandre Alcântara Guedes	Guarda Municipal	lex_rn@hotmail.com	8828-2616
Eduardo Lima de Brito	PM/CPC		3664-3581
Ivanildo Bezerra da Silva Neto	PM/CPC	alexandreguedes005@yahoo.com.br	3208-0166/8806-1292
Evaristo Bezerra da Silva Neto	PM/CPC		3208-4466/8813-1292
Givanilson Teixeira da Silva	PM/CPC		3214-5492/8825-5492
Haroldo de Sousa Santos	PM/CPC		9927-2095
Ailton Mariano da Costa	Sociedade Civil		3232-6327/8807-1602

Marcelo Ricardo Cordeiro Alencar	PM/CPC		8834-2126/3614-1602
Itamir Galvão Leite	PM/CPC		3662-8195
José Carlos da Silva	PM/CPC		8802-3964
Marcos Antônio Nunes	O.E.S	franca.marcos@ig.com.br	3214-2176/9998-3201
Alexandre Santiago da Silva	FAL		9101-7376
Macilon Leal da Costa	Federação dos Servidores Públicos do RN		3234-5850
Mário Sérgio Pereira da Silva	Sociedade Civil	marios@oi.com.br	8826-3109/3661-2213
Vantuil José Carvalho de Oliveira	PM/CPC	vantuilbr@ig.com.br	8819-7600/3232-6392
Marcelo Evaristo Mendes Santana	PM/CPC		
Charleson Alves dos Santos	PM/CPC	calves07@aol.com.br	8881-1089
João Batista da Silva		jbsbrown@yahoo.com.br	3232-6310/8844-0387
Haroldo Taveira Egídio	PM/CPC	haroldo_egidio@yahoo.com.br	3232-7828
João Maria Rodrigues da Silva	Sociedade Civil		3232-6310/8816-2683
Manoel Kennedy N. do Nascimento	Sociedade Civil		3232-6316/8826-9064
Francisco Ewerton P. Costa	PM/CPC	ewertonparaguai@hotmail.com	3232-1556/8812-6786
Janaína Carla da Silva	Ouvidoria da SESSED/RN	janainacarlarn@bol.com.br	3232-1594/9974-4290
Ezaú Macedo de	Corregedoria Geral		3232-7983

Medeiros			
Rossana Roberta Pinheiro de		rossanaroberta@rn.gov.br	3232-7084/8839-8817
Magna Cely Santos Bezerra	Corregedoria Geral	magnacely@bol.com.br	3232-7985

#### GRUPO EDUCAÇÃO E MÍDIA

Nome	Entidade	E-Mail	Telefone
Felipe de Farias Silva	UNP	felipefarias@unp.br	3222-1141/9974-8037
Hudson Runman C. Ribeiro	UNP	hdsrunnam@hotmail.com	9451-7455
Andréa Mota Bezerra de Melo	UNP		3231-0879/9406-0784
Ariovaldo Silva de Oliveira	LBV	a_soliveiras@hotmail.com	3613-1655
Arianne Maia Balduino Santos	UFRN	Arianne_maia@yahoo.com.br	
Ana Soares Vital	Escola Estadual Maria Nalva		3653-6845
Nadja Tatiane Bezerra da Silva	Comissão de Cidadania Carnaubais – RN		3526-0040
Kavernok Belarrmino da Silva	Comissão de Cidadania Carnaubais – RN		3338-2353
Dayvid Franklin Martins Pessoa	Comissão de Cidadania Carnaubais – RN		3338-2287
Josilene Barboza da Silva	Comissão de Cidadania Carnaubais – RN		3338-2485
Gildemberg Souza de Fonseca	Comissão de Cidadania Carnaubais – RN		3526-0135
Francisco das Chagas de Lima Júnior	Comissão de Cidadania Carnaubais – Rn		9925-5997
José Nilton Barbosa da Silva	Comissão de Cidadania Carnaubais – RN		3338-2485
José Eidis Barbosa da	Comissão de Cidadania		3338-2553



Silva	Carnaubais – RN		
Lenilson Almeida de Lemos	Comissão de Cidadania Carnaubais – RN		3526-0156
Francisco G. B. Raulino	Estudante Natal- RN	chicones@gmail.com	3222-3773
Mariana de Siqueira	Sociedade Civil	marianadesiqueira@gmail.com	3222-2907
Clepson de Oliveira Brito	Comissão de Cidadania Pendências – RN	cpnbrito@ibest.com.br	3522-2310/9999-4946
Wlisses Luiz da Cunha	Fundação Felix Rodrigues	wlisses5@hotmail.com	3522-2310
Afonso Henriques da S. Real Nunes	UNP	affonso@pluralfilmes.com.br	9401-1755
Jurandir Germano de Souza	FESAPI-RN	sesapirn@bol.com.br	3201-4312-32119850
Álvaro Portela Neto	Sociedade Civil		
Neide Nascimento	Jornal “O Cidadão” Porto do Mangue-RN	neidepourtoi@yahoo.com.br	3526-0003/8807-6587
Elizabeti Nasser	Fórum de Mulheres	elizabethnasser@terra.com.br	3211-0171/9987-8050
Felipe Bezerril Marques	Estudante Natal - RN	felipebezerril@yahoo.com.br	3207-8647/9966-8004
Francisca Reijane F. Barbosa	Desafio Jovem Natal-RN	www.reijane@unp.com.br	3082-6053
Antônio Lisboa Ferreira	COEDHUCI	lisboaferrer@ibest.com.br	3611-1220
Francisco Flávio Felipe de Sousa	Comissão de Cidadania Carnaubais – RN	flafesa@yahoo.com.br	3526-0188



www.dhnet.org.br